

O ESTADO  
E OUTROS ENSAIOS  
FRÉDÉRIC  
BASTIAT

ORGANIZAÇÃO DE PEDRO ALMEIDA JORGE

INTRODUÇÕES DE FRIEDRICH HAYEK,  
HENRY HAZLITT E ANDRÉ AZEVEDO ALVES

**B** BOOK  
BUILDERS

# Índice

|   |    |
|---|----|
| Nota do Organizador . . . . .           | 11 |
| Introdução, por Henry Hazlitt . . . . . | 17 |

## PARTE I O ESTADO

|                    |    |
|--------------------|----|
| O Estado . . . . . | 29 |
|--------------------|----|

## PARTE II O QUE SE VÊ E O QUE NÃO SE VÊ

|   |    |
|---|----|
| Introdução, por Friedrich Hayek . . . . . | 49 |
| O que se vê e o que não se vê . . . . .   | 55 |

## PARTE III SOFISMAS ECONÓMICOS

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| Prefácio do Autor . . . . . | 131 |
| A Petição . . . . .         | 136 |

## PARTE IV A LEI

|   |     |
|---|-----|
| Introdução, por André Azevedo Alves . . . . . | 145 |
| A Lei . . . . .                               | 155 |

O que se vê e o que não se vê,  
ou  
A economia política numa lição<sup>(1)</sup>

Na esfera económica, um acto, um hábito, uma instituição, uma lei, não geram somente um efeito, mas uma série de efeitos. Desses efeitos, só o primeiro é imediato; manifesta-se em simultâneo com a sua causa. É visível. Os restantes só aparecem depois e *não são visíveis*. Podemos dar-nos por felizes se conseguirmos *antevê-los*.

Entre um mau e um bom economista, toda a diferença se resume ao seguinte: um detém-se no efeito *visível*; o outro leva em conta quer o efeito que se vê, quer aqueles que se devem *antever*.

Mas essa diferença é enorme, pois o que acontece quase sempre é que, quando a consequência imediata

---

<sup>(1)</sup> *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas, ou l'Économie politique en une leçon. Par M. F. Bastiat, Représentant du peuple à l'Assemblée nationale, Membre correspondant de l'Institut* (Paris: Guillaumin, 1850) [último ensaio escrito por Bastiat antes da sua morte. (N. do Org.)]

é favorável, as consequências posteriores são infelizes, e *vice-versa*. Daí se conclui que o mau economista se foca num pequeno benefício no presente, o qual vai resultar num grande mal no futuro; ao passo que o verdadeiro economista persegue um grande benefício no futuro, correndo o risco de provocar um pequeno mal no presente.

De resto, o mesmo acontece no campo da saúde e da moral. Não raras vezes, quanto mais doce é o primeiro fruto de um hábito, tanto mais amargos são os seguintes. São prova disso, por exemplo, o vício, a preguiça, a prodigalidade. Assim, quando um homem é atingido pelo efeito *do que se vê* e ainda não aprendeu a discernir os efeitos *que não se vêem*, está a entregar-se a maus hábitos, não somente por inclinação, mas também com intenção.

Isso explica a evolução fatalmente dolorosa da Humanidade. A ignorância rodeia o seu berço; portanto, ao escolher os seus actos, a Humanidade limitava-se às suas consequências imediatas – as únicas que, inicialmente, conseguia discernir. Só com o passar do tempo é que aprendeu a levar em conta as restantes consequências. Dois mestres bem distintos ensinam-lhe esta lição: a experiência e a previdência. A experiência actua eficazmente, mas de um modo brutal. Mostra-nos todos os efeitos de um acto fazendo-nos senti-los; de modo que não podemos forçosamente ignorar que o fogo queima, quando efectivamente ele nos está a queimar. Pessoalmente, eu gostaria que pudéssemos, na medida do possível, substituir esse rude doutor por um mais delicado: a previdência. Por

isso, procurarei de seguida examinar as consequências de alguns fenómenos económicos, opondo às *que se vêem* aquelas *que não se vêem*.

### I. A janela partida

Nunca vos aconteceu presenciarem o ataque de raiva que atinge o bom burguês Jacques Bonhomme<sup>(2)</sup>, quando o seu filho desajeitado parte os vidros de uma janela? Quem já assistiu a um espectáculo desses decerto constatou que todos os presentes, às vezes quase trinta pessoas, costumam ser unânimes no consolo que oferecem ao infeliz proprietário da janela partida: «Há males que vêm por bem. São acidentes desse tipo que ajudam a indústria a progredir. É preciso que todos possam ganhar a vida. O que seria dos vidraceiros se os vidros nunca se partissem?»

Ora, este tipo de condolências revela toda uma teoria que seria importante apontar em flagrante delito, nesta sua versão mais simples, pois trata-se precisamente da mesma teoria que, infelizmente, rege a maior parte das nossas instituições económicas.

Se supusermos que são necessários seis francos para reparar os danos na janela, pode dizer-se com toda a razão, e eu não me oponho, que o incidente faz chegar seis francos à indústria vidraceira, proporcionando o seu desenvolvimento na mesma proporção.

---

<sup>(2)</sup> Bastiat menciona este nome no sentido figurativo de representar o cidadão comum e honesto. (*N. do Org.*)

O vidraceiro aparece, faz o seu serviço, recebe os seis francos, e esfrega as mãos de contente, abençoando do fundo do coração o garoto imprudente. Isto é o *que se vê*.

Mas se, por dedução, chegarmos à conclusão, como muitas vezes acontece, de que é bom que se partam janelas, que isso faz o dinheiro circular, que daí resulta um encorajamento para a indústria em geral, então serei obrigado a exclamar: alto lá! Essa teoria pára *naquilo que se vê*, mas não leva em consideração *aquilo que não se vê*.

*Não se vê* que, se o nosso burguês gastou seis francos em determinada coisa, não vai poder gastá-los noutra! *Não se vê* que, se ele não tivesse nenhuma janela para reparar, teria, por exemplo, trocado os seus velhos sapatos ou colocado mais um livro na sua biblioteca. Enfim, o burguês teria dado aos seus seis francos um qualquer outro destino que, agora, já não poderá dar.

Façamos, pois, as contas da indústria *em geral*.

Partida a janela, a indústria dos vidros foi estimulada em seis francos; é o que se vê.

Se a janela não tivesse sido partida, a indústria dos sapatos (ou de qualquer outra coisa) teria sido estimulada na proporção de seis francos; é o que não se vê.

Portanto, se tivermos em consideração *o que não se vê*, neste caso um facto negativo, como também *o que se vê*, um facto positivo, compreenderemos que não há nenhum interesse para a indústria *em geral*, nem para o *emprego nacional*, no facto de os vidros serem ou não partidos.

Façamos agora as contas de Jacques Bonhomme.

Na primeira hipótese, a da janela partida, ele gasta seis francos e fica com nada mais nada menos que o mesmo prazer de possuir uma janela.

Na segunda hipótese, na qual o incidente não ocorreu, Jacques Bonhomme teria gastado seis francos em sapatos, obtendo, portanto, o prazer simultâneo de possuir um novo par de sapatos e também uma janela.

Ora, como Jacques Bonhomme é um elemento da sociedade, deve concluir-se que, considerada no seu conjunto, e fazendo-se o balanço dos seus trabalhos e dos seus prazeres, a Sociedade perdeu o valor relativo à janela partida.

Daí que, generalizando, se chega a esta conclusão inesperada: «A sociedade perde o valor dos objectos destruídos inutilmente» – e chega-se também a este aforismo capaz de arrepiar os cabelos dos proteccionistas: «Partir, estragar, dissipar não equivale a estimular o emprego nacional» ou, mais sucintamente: «A destruição não é um ganho.»

Que direis vós, *Moniteur Industriel*<sup>(3)</sup>, que direis vós, adeptos deste bom Sr. Saint-Chamans<sup>(4)</sup>, que calculou

<sup>(3)</sup> Jornal da Associação para a Defesa do Emprego Nacional, organização proteccionista da época. (*N. do Org.*)

<sup>(4)</sup> Auguste de Saint-Chamans (1777-1860), deputado e conselheiro de Estado na época da Restauração, proteccionista e partidário de uma balança comercial superavitária. O facto citado por Bastiat tem origem no conto publicado por Saint-Chamans intitulado «Novo tratado sobre a riqueza das nações», de 1824. Este trabalho foi posteriormente (1852) incorporado no seu *Tratado de economia política*. (*N. do Org.*)

com tanta precisão o que a indústria ganharia com o incêndio de Paris, levando em conta as casas que seria necessário reconstruir?

Lamento desmoralizar esses cálculos engenhosos, tanto mais porque vão influenciando o espírito dos nossos legisladores, mas insisto que façam de novo as contas, desta vez tendo em conta não só *o que se vê*, mas também *o que não se vê*.

É preciso que o leitor aprenda a verificar que não há somente dois, mas três personagens no pequeno drama que acabei de lhe apresentar. Um deles, Jacques Bonhomme, representa o consumidor, condenado pela destruição a ter um só prazer em vez de dois. O outro, na figura do vidraceiro, mostra-nos o produtor cuja indústria o incidente vem estimular. E o terceiro é o sapateiro (ou qualquer outro empreendedor) cujo trabalho é enfraquecido pelas mesmas razões. É esse terceiro personagem que é constantemente deixado na penumbra e que, personificando aquilo *que não se vê*, se revela um elemento fundamental do problema. É ele que nos faz compreender quão absurdo é afirmar-se que existe lucro na destruição. É ele que em breve nos ensinará que não menos absurdo é procurar-se lucro numa interdição, já que esta não passa, no fim de contas, de uma destruição parcial. Por isso, indo-se à raiz de todos esses argumentos que se fazem valer em seu favor, não se encontrará outra coisa senão a repetição deste velho provérbio popular: «*O que seria dos vidraceiros se os vidros nunca se partissem?*»

## II. A dispensa dos soldados

É válido para um povo o que o é para um homem.. Quando um homem deseja obter uma satisfação, é a si que compete verificar se ela vale o que custa. No caso de uma nação, a segurança é o maior dos bens. Se, para a adquirir, for preciso arregimentar cem mil homens e gastar cem milhões de francos, não tenho nada a dizer. Trata-se de um prazer adquirido pelo preço de um sacrifício.

Mas que ninguém se engane quanto ao alcance da minha tese.

Um deputado propõe a dispensa de cem mil homens para aliviar o bolso dos contribuintes em cem milhões de francos.

Se nos limitarmos a contra-argumentar: «Esses cem mil homens e esses cem milhões de francos são indispensáveis à segurança nacional: representam um sacrifício, mas, sem este sacrifício, a França seria dilacerada pelas facções ou invadida pelo estrangeiro» – não tenho nada a opor a esse argumento, que pode ser falso ou verdadeiro, mas não contém, teoricamente, qualquer heresia económica. A heresia começa quando se quer apresentar o próprio sacrifício como sendo uma vantagem, já que traz um proveito para alguém.

Ora, ou estou muito enganado ou o autor da proposta, mal desça da tribuna, será substituído por outro orador que se apressará a exclamar:

«Dispensar cem mil homens! Já pensaram nisso? Que vai ser deles? De que vão viver? Será do trabalho?